
DESENVOLVIMENTO E PERENIDADE

DESENVOLVIMENTO E PERENIDADE

A Humanidade está hoje dependente de sistemas de produção e de tecnologias que se, por um lado, garantem a subsistência de muitas populações e determinados níveis de vida, nalguns países, por outro põem em causa não só a sua própria existência mas também, desde já, a da cultura e da própria civilização.

Começa já a existir um consenso generalizado de que a cega aplicação de muitas das conquistas da tecnologia, quando estão ao serviço duma economia que tem apenas por objectivo a maximização da produção num determinado intervalo de tempo, irá conduzindo, gradualmente, a Humanidade primeiro a situações de desequilíbrio regionais, quanto a desenvolvimento e níveis de vida, e, depois, à fome e ao caos generalizado.

A partir desta situação, já por muitos reconhecida, há que procurar encontrar as linhas mestras dum novo pensamento económico e duma política de desenvolvimento que poderão ajudar a Humanidade, repartida nas suas inúmeras e diferenciadas comunidades e culturas, a encontrar um futuro.

1 — *Progresso e crescimento*

Aquilo a que se tem chamado desenvolvimento não tem sido mais do que um simples aumento quantitativo da produção ou seja da taxa do PNB por habitante.

A certeza, adquirida recentemente, de que os recursos de que o homem dispõe neste planeta são finitos e nem sempre renováveis, obriga a uma revisão total dos princípios da economia e da hierarquia e peso dos seus valores.

Desde que os navios de Fernão de Magalhães deram a Volta ao Mundo começámos a ter uma visão cada vez mais real dos recursos de que a Humanidade dispõe, mas só agora começaram os sinos a tocar a rebate. Os homens não poderão continuar a destruir a Terra e os ecossistemas que integram a vida. Há portanto que construir uma nova concepção do desenvolvimento.

Os anos trinta marcaram a «crise da ideia de progresso» após esta ter sido o motor do capitalismo triunfante anterior à Grande Guerra. Progresso ilimitado que abrangeria todo o planeta com o concurso infalível da ciência e da técnica.

A reconstrução europeia, após a II Guerra Mundial, coincidindo com a descolonização, veio fazer crer que o futuro da Humanidade se encontrava no crescimento, traduzido no aumento constante da taxa do PNB por habitante.

Esta ideia generalizou-se aos próprios países socialistas incluindo a U. R. S. S. e, assim, a sociedade de consumo atravessou todas as fronteiras.

No entanto, verificava-se que o chamado Terceiro Mundo não se desenvolvia nem crescia e a fome continuava a atingir muitas regiões. Surgiram então os conceitos de «desenvolvimento», «subdesenvolvimento» e de «países em vias de desenvolvimento» (maneira de ocultar verdadeiras situações de subdesenvolvimento). Pretendia-se encontrar a política mais eficaz para fazer entrar na via do desenvolvimento (crescimento económico) as regiões e os países assim classificados.

Entretanto, na sociedade do desenvolvimento abriram-se fendas profundas que puseram a sua pujança económica e social em causa. É violentamente contestada a distribuição dos bens produzidos pela sociedade urbano-industrial e posta em causa a utilidade de muitos. Os frutos do crescimento económico são distribuídos com flagrante injustiça, beneficiando apenas alguns estratos da sociedade, sectores de actividade privilegiados, regiões favorecidas e países já com apreciável grau de desenvolvimento.

Mas, hoje, já não é só posta em causa a distribuição dos bens produzidos, mas também os sistemas de produção e exploração que os fabricam dadas as consequências a que esses sistemas conduzem.

Podem-se distinguir duas ordens de consequências: a primeira diz respeito às relações entre os homens e destes com o espaço físico; a segunda diz respeito à acção destrutiva da actividade humana no complexo sistema biofísico e no intercalado de fenómenos naturais que caracterizam a biosfera.

A procura constante do crescimento económico tem conduzido à exploração até à exaustão dos recursos naturais e, o que é de importância decisiva para o nosso futuro, à destruição da capacidade de renovação dos recursos naturais renováveis.

A continuar-se o processo, o futuro da Humanidade está em perigo.

2 — *Cultura e qualidade de vida*

Muitas das metas de bem-estar e consumo que todos pretendem atingir são a consequência da aplicação prática — a que a política industrial tem dado grande incremento — da filosofia do crescimento económico.

Há necessidade, por outro lado, de aumentar e inventar consumos supérfluos.

No entanto, a limitação dos recursos naturais e a sensibilidade da capacidade de renovação daqueles que são renováveis não permitirão que o crescimento económico aumente indefinidamente.

Como já se verificou que tal não é possível concentrou-se o crescimento em regiões privilegiadas beneficiando sectores dominantes da actividade e estratos limitados da população.

O crescimento económico é hoje o principal responsável pela macrocefalização de Portugal, pelo subdesenvolvimento das regiões do interior, pelo enriquecimento de certos sectores (indústria) em detrimento de outros (agricultura), pela centralização do poder e das fontes de energia. A continuação do processo na sociedade portuguesa, que não atingiu ainda as metas de desenvolvimento já atingidas por muitos outros países europeus, dá-nos a sensação de que rapidamente se avizinha o caos.

Para mais, constata-se que, afinal, a qualidade de vida das populações não resulta, simplesmente, da conquista das metas propostas pela sociedade de consumo, consequência do crescimento pelo crescimento, mas, sim, do equilíbrio harmónico do homem com o meio biofísico e social em que vive e de que vive. Equilíbrio de que resulta a saúde.

A conquista deste equilíbrio tem sido uma permanente luta dos homens com o meio. Há que construir as paisagens e criar o ambiente que garantam o presente e o futuro das gerações. Esta construção e atitude criativa tem que ser feita de harmonia com as leis da Natureza e não contra elas.

Nasceu, por esta razões, a necessidade duma política de ambiente trazida na criação de organismos e departamentos estatais que promovam essa política. Entre nós criou-se, antes do 25 de Abril, a Comissão Nacional do Ambiente, e, após aquela data, o lugar de subsecretário de Estado do Ambiente e mais tarde a Secretaria de Estado do Ambiente incluída no Ministério do Equipamento Social e do Ambiente. A Secretaria de Estado do Ambiente no VI Governo Provisório ficou dependente da Presidência do Conselho, portanto do Primeiro-Ministro. Infelizmente, constitui um passo à reta-

guarda incluir a referida Secretaria de Estado no Ministério da Habitação e Obras Públicas, como agora se faz no II Governo Constitucional. Ficará, portanto, diminuída a sua possibilidade de intervenção ao nível da decisão e entregue nas mãos dos seus principais oponentes.

As primeiras tentativas para resolver o constante aumento da poluição que parecia ser, a princípio, o maior obstáculo ambiental ao crescimento, traduziram-se na procura da possibilidade da instalação dum efectivo «contrôle» da qualidade do ar e da água e na promoção duma nova indústria baseada nos instrumentos e técnicas de despoluição. Parecia que se resolvia o problema e o crescimento económico poderia continuar a verificar-se apenas com mais o encargo do custo da despoluição, o que se traduzia, contudo, em mais consumo de energia, matéria e tecnologia exteriores aos respectivos sistemas de produção.

Mas, na realidade, o que está em causa é todo um sistema de vida que depende dos sistemas de produção e das tecnologias que o fizeram nascer. O que está em causa é a actual civilização urbano-industrial e toda a sua cadeia de produção e consumos e as tecnologias que, muitas vezes, se dizem mais avançadas.

Noutra perspectiva verifica-se que o PNB por habitante dos países considerados mais desenvolvidos é cerca de 30 vezes superior ao dos países sub-desenvolvidos. Considerando a gravidade da situação ecológica, nestes últimos países, será possível fazer com que estes países atinjam o nível dos primeiros? Ou, pelo contrário, teremos que baixar o nível dos primeiros aos segundos?

Parece-nos que, para além dos números, o que está também em causa é toda uma errada concepção económica e social de gestão dos recursos. O homem tem que reencontrar o espaço biofísico estabelecendo com ele um novo sistema de relações. A cultura própria das comunidades nascidas desse reencontro terá na ruralidade das antigas sociedades um apoio essencial.

Entre nós, a política de crescimento seguida desde os anos cinquenta até agora tem provocado a abertura dum enorme fosso entre a pseudocultura da sociedade urbano-industrial e a cultura rural. Os políticos responsáveis, salvo poucas excepções, e as gentes urbanas consideram o mundo rural atrasado, rotineiro, incapaz de garantir o futuro de qualquer país como sociedade progressiva.

A política económica seguida, antes e após o 25 de Abril, promove sempre a exploração da província e do interior pelas áreas metropolitanas

(Lisboa/Setúbal), grandes cidades (Porto) e eixos e pólos de desenvolvimento (litoral e Sines). Segundo outro ângulo tem promovido o domínio de determinados sectores (urbano-industriais) sobre outros (agrícolas). Tem por estes motivos prosseguido o despovoamento dos campos, das aldeias e das vilas e a degradação da cultura local. A concentração das gentes faz-se nos dormitórios e «barracas» das cidades do litoral. O processo de massificação das pessoas avança para que melhor se instale a sociedade de consumo. É nas grandes cidades e nas caricaturas destas no interior que se julgam poder atingir as metas convencionais da sociedade urbano-industrial.

São exemplos característicos, no nosso país, os seguintes:

- A política energética, baseada num monopólio, hoje nacionalizado, promove a centralização das fontes de energia acarretando, devido ao transporte, preços elevados desta ao chegar ao consumidor e problemas ecológicos de gravidade.
- A política agro-industrial visa a constituição de grandes empresas, capitalistas ou colectivas, o crescimento de determinados sectores industriais (adubeiras e químicos) necessitando de introduzir cada vez maiores quantidades de energia exterior aos sistemas de produção agrícolas, o que provoca a médio prazo a esterilidade dos solos e a desertificação de todo o espaço biofísico.
- A política florestal, que tem tido por objectivo, quase exclusivo, a indústria da celulose, tem promovido a plantação de povoamentos estremes de espécies degradantes (eucaliptos) com graves prejuízos para a fertilidade dos campos e economia das populações rurais.
- A protecção à indústria que, esquecendo os problemas de poluição e destruição dos recursos naturais, tem afectado terras de cultura, rios, ostreiros e a própria saúde das populações (Cacia e Alviela).
- A política viária que, promovendo a construção de auto-estradas, em lugar de vias rápidas paralelas, mais consentâneas com o mosaico geográfico e o relevo do País, obsta a que parte dos investimentos se desloque antes para a instalação dum sistema viário rural, que não possuímos, e para a recuperação da rede nacional e municipal de estradas que está em ruína. A projectada construção da auto-estrada Lisboa-Cascais é um exemplo elucidativo desta política, visto ter apenas como objectivo o crescimento urbano numa zona já saturada visando

apenas aspectos especulativos do solo e comprometendo ainda mais os problemas da linha do Estoril.

- A edificação de grandes prédios em altura que se verifica em muitas cidades e vilas da província, com prejuízo do património cultural, paisagístico e da economia local.
- A construção dispersa de moradias, em especial de emigrantes, no Norte e Centro de Portugal, nas melhores terras de cultura impossibilitando a sua utilização agrícola e comprometendo gravemente o abastecimento alimentar do País.
- A expansão indiscriminada quer da construção clandestina quer da planeada, bem como a construção de grandes dormitórios sem equipamento social e infra-estruturas básicas.

A qualidade de vida das populações e a cultura das comunidades estão, portanto, dependentes da política económica. O prosseguimento desta nos actuais termos, visando exclusivamente o crescimento, compromete tanto uma como outra.

3 — *Desenvolvimento e ecologia*

Num ecossistema natural a energia disponível — energia potencial — vai traduzindo-se numa maior complexidade da estrutura, composição e diversificação do sistema. A energia potencial vai tendendo, portanto, para um valor mínimo atingindo o máximo de entropia quando esse valor for zero. Diremos que se atingiu uma situação «climax» quando toda a produtividade excedentária for absorvida pelo próprio sistema.

Vejamos agora o que se passa num ecossistema de que o homem faz parte.

Enquanto o consumo for menor do que a energia potencial o sistema continua a desenvolver-se, isto é, a adquirir maior complexidade. Os grupos humanos que nele se integram diferenciam-se e criam-se novas categorias de actividade.

Logo que os valores do consumo forem iguais ao da energia disponível atingiu-se, paralelamente ao que se passa num ecossistema natural, uma situação «climax». Um organismo ou um ecossistema natural ou humanizado desenvolve-se portanto até atingir a sua maturidade biológica ou situação «climax». Cornelios Castoriadis, nas suas reflexões sobre desenvolvimento e

racionalidade, afirma: «O desenvolvimento é o processo da realização do virtual, da passagem da «dinamis» à «energia», da «potentia» ao «actus», o que implica a existência duma «norma», pertencente à essência daquilo que se desenvolve, e uma forma final a «entelecheia».

Não poderá, portanto, haver desenvolvimento sem um ponto de referência a atingir, sem um estado final. O limite define o ser, a norma a forma, enquanto o ilimitado e o infinito definem o informal, o que não tem sentido no quadro da biologia e da ecologia a que qualquer sociedade humana está sujeita, enquanto dependente da biosfera.

Uma sociedade humana nunca poderá, portanto, atingir as condições e possuir os instrumentos que lhe permitam adquirir a capacidade de poder crescer indefinidamente. Há limites, que não são exclusivamente económicos, a considerar e que, em cada momento, não são ultrapassáveis. Não permitem portanto o crescimento ilimitado mesmo que este pareça possível em face da ciência e da técnica. Esses limites dizem, em grande parte, respeito à manutenção da capacidade de renovação dos recursos naturais renováveis.

Em muitos casos, no mundo actual, há sociedades que consomem mais do que a energia disponível do ecossistema em que estão inseridas. Neste caso ou se criam graves situações de desequilíbrio social e económico ou há que introduzir energia exterior àquele ecossistema desfalcando outros sistemas, porventura, em desenvolvimento e que, por isso, ficam incapazes de se desenvolver. A espécie humana está, na realidade, inserida num único ecossistema de nível planetário em que se articulam inúmeros ecossistemas, de menor amplitude que, como já vimos, são sempre dependentes uns dos outros. Por outro lado, a ideia de que qualquer sociedade, que queira desenvolver-se, tem que adoptar os figurinos das sociedades capitalistas e socialistas tem invalidado o progresso em muitos pontos do Globo. No chamado Terceiro Mundo e nos países em vias de desenvolvimento não pode haver um crescimento idêntico ao que se verificou nos países considerados desenvolvidos devido aos seguintes factos:

- Em grande parte o crescimento verifica-se em países desenvolvidos devido à custa da energia potencial retirada dos países subdesenvolvidos.
- A administração do capital energético é feita a nível universal atendendo-se, principalmente, à manutenção e crescimento da sociedade urbano-industrial existente.

- O mundo desenvolvido tende a colocar nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento aquelas indústrias cuja existência mais prejudica os recursos naturais, a saúde das populações e o equilíbrio da Natureza. Entre nós o problema da indústria da celulose é gritante.

O desenvolvimento convencional tem consistido na saída dum estado definido para um outro estado que apenas se define pela capacidade de se poder sair dele, por sua vez, para um outro estado com idêntica capacidade.

4 — *Ecodesenvolvimento*

Como vimos, o desenvolvimento convencional procura atingir, sem alterar os sistemas de produção, metas quantificadas cada vez mais elevadas. Não é mais do que o crescimento pelo crescimento traduzido no constante aumento do PNB por habitante.

Por sua vez, aquilo a que podemos agora chamar «ecodesenvolvimento» consiste numa política integrada em que se pretende, através duma «norma», atingir «formas» cada vez mais complexas quanto a estrutura física e social, composição e diversidade dos sistemas de produção. Consiste portanto, na passagem do conjunto sociedade/território por fases de regulação e funcionamento, a níveis cada vez mais complexos e diversificados.

A melhor aplicação da energia disponível ou potencial de cada região ou território deverá, no entanto, integrar-se sucessivamente em sistemas de dependência incluindo outros sistemas regionais ou territoriais de desenvolvimento. Essa dependência não poderá inibir a região ou o território de se desenvolver. Há, no entanto, que reconhecer que só se dominará totalmente o processo quando atingirmos todo o planeta.

Este longo caminho não pode ser aberto à custa do crescimento económico em termos convencionais, ou seja, prosseguindo na macrocefalização dos países e na concentração das fontes de energia e do poder.

Pelo contrário o «ecodesenvolvimento» aponta para o povoamento dos territórios, de harmonia com as suas reais possibilidades, em cada fase de desenvolvimento, e procura garantir a permanência da capacidade de renovação dos recursos naturais renováveis, ou seja, a estabilidade ecológica dos sistemas de produção.

Há que adaptar a actividade económica aos diferentes condicionalismos do meio em cada fase do desenvolvimento.

A «Cultura», que se concretiza para cada região na melhor administração da energia potencial dessa região, será o maior obstáculo aos postulados que têm norteado o desenvolvimento convencional:

- onnipotência da ciência e da técnica;
- universalização das soluções;
- progresso ilimitado;
- racionalidade dos métodos económicos.

Este último postulado, que tem comandado os restantes, obriga a que o crescimento económico se justifique apenas para determinar intervalos de tempo. Esta justificação é sempre feita à custa da estabilidade ecológica dos sistemas de produção, do equilíbrio biológico da Natureza e da exaustão e degradação dos recursos naturais.

A introdução do conceito de perenidade nos factores em jogo no desenvolvimento — energia, matéria e informação (cultura, ciência e técnica) — possibilitará o progresso da sociedade humana de harmonia com as potencialidades das regiões, e do planeta, ou seja, um crescimento à escala do homem e da biosfera.

Gonçalo Ribeiro Teles

Professor do Instituto Universitário de Évora
Arquitecto-Paisagista e Engenheiro-Agrónomo.